

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

V.26 N. ESPECIAL

APRESENTAÇÃO

Rosana Morgado

Sheila Backx

ENSAIOS

Maria Helena Rauta Ramos

Marilda Villela Iamamoto

Lilia Guimarães Pougy

Yolanda Guerra

Sara Granemann

Fátima Grave Ortiz

ENTREVISTA

Leila Bugalho

EDIÇÃO ESPECIAL

40 ANOS DO PPGSS-UFRJ

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 26 n. ESPECIAL
2016
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 1-168	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	----------	------

PRAIA VERMELHA

Para a análise dos movimentos sociais urbanos: da concepção de comunidade à teoria do valor trabalho de Marx

Maria Helena Rauta Ramos

Doutora em Serviço Social, pesquisadora da questão urbana, professora aposentada pela UFRJ, atualmente ligada ao movimento ambientalista no município de Anchieta, também vinculada a redes de lutas ambientais existentes no estado do Espírito Santo e no território nacional, em especial à Rede Internacional dos Atingidos pela Vale.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 26	n. especial	p. 11-60	2016
------------------------	----------------	-------	-------------	----------	------

RESUMO

Reflexões sobre movimentos sociais que ocorrem no espaço urbano, resultantes dos anos mais produtivos da trajetória intelectual da autora, tendo como ponto de partida o momento em que se integrou ao corpo docente da Escola de Serviço Social da UFRJ, em 1978, através de concurso público, ocupando a vaga de professor assistente. O título de Mestre em Serviço Social foi obtido no Programa de Pós-graduação da PUC/RJ, com uma dissertação sobre movimentos comunitários, concebidos como lutas desencadeadas por agentes locais por equipamentos coletivos e instalações de infraestrutura urbana, o que se denominava, à época, processo de ação comunitária.

Este artigo se referencia na teoria social marxiana e se propõe, num primeiro momento, a uma crítica do conceito de comunidade, subjacente nas formulações sobre Desenvolvimento de Comunidade baseadas em estudos da Escola de Chicago, hegemônica na sociologia urbana até 1950. Nas sequências são expostas as vertentes predominantes no debate brasileiro sobre movimentos sociais: a de base weberiana, considerada politicamente "neutra", expressa na obra de Alain Touraine, e adotada hoje por Manuel Castells (1999); a tendência reformista, extraída do marxismo estruturalista, característica de Manuel Castells das décadas de 1970 e 1980, que restringe a concepção de movimentos sociais urbanos às lutas de reprodução da força de trabalho no espaço residencial; e finalmente a de base marxiana, visto explicar o urbano a partir da teoria do valor trabalho, como espaço de formação, realização e distribuição da mais-valia, encontrada em Lefebvre (2001) e Lojkine (1997), concebendo os movimentos sociais como uma expressão da luta de classes que toma como referência, na totalidade social, as determinações materiais do

espaço urbano, a partir da teoria do valor de Marx, que coloca como desafio a ultrapassagem do capitalismo e a construção de uma sociedade igualitária e democrática.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos sociais urbanos. Comunidade. Lutas de classe e Teoria do valor trabalho.

INTRODUÇÃO

Os elementos que exponho neste artigo foram sedimentados ao longo do processo em que ocupava a função de professora na UFRJ. A intervenção na direção da Escola de Serviço Social, ao tempo que modificou o eixo norteador dos cursos oferecidos, alterou a vida de seus protagonistas, ao desenvolver atividades de natureza político-acadêmica. No que me diz respeito, posso adiantar que me fez afastar dos resistentes resíduos da orientação funcionalista, impregnados na formação profissional na Escola Social de Vitória/ES, que definia como objetivo mais amplo do Serviço Social o funcionamento social adequado da sociedade brasileira; ou seja, progressivamente envidei esforços para incorporar as categorias analíticas da teoria social marxiana¹.

Nesse período, desenvolvemos alguns processos necessários a essa nova estruturação da Escola de Serviço Social², em especial

1 Essa inflexão tanto na trajetória da Escola como na minha vida profissional e como ser político, só foi possível dada a constituição de um grupo, dentro da trama institucional, que pensava esta Escola vinculada a um projeto de sociedade anticapitalista, a partir do qual elaborou uma estratégia de intervenção político-acadêmica, vinculada a uma crítica da sociedade brasileira. Esse grupo dirigiu essa Escola por mais de 20 anos, o que oportunizou uma renovação ao seu Programa de Pós-graduação, implementando um novo rumo a seus cursos, graduação e mestrado e implantando o Doutorado em Serviço Social.

2 Para tanto, foram necessárias três medidas de significado estruturante: 1) substituição de um quadro de professores cedidos pelo IFCS, de orientação política

aqueles atinentes às reformulações curriculares do curso de graduação e dos cursos de pós-graduação em Serviço Social, tratados em outras publicações. Se esse grupo, no qual me integrava, mudou a fisionomia política e acadêmica dessa Unidade de Ensino, também influenciou na constituição de novas subjetividades, incluindo as representações de mundo e a maneira de agir na academia e na esfera social e política.

Meu ingresso na UFRJ se deu em setembro de 1978³; ano em que a eclosão do movimento social francês, conhecido como Maio de 1968, comemorava seus dez anos. Lembrado pelas barricadas erguidas no centro de Paris, seu início se deu através de uma simples mobilização estudantil, na Universidade de Nanterre, cidade integrada às Prefeituras que compunham o Cinturão Vermelho parisiense, ou seja, um conjunto de municípios circundante à cidade, tradicionalmente governados por integrantes do Partido Comunista ou do Partido Socialista. Seus estudantes reivindicavam apenas a democratização dessa recém-criada unidade de ensino, cujo projeto originário tinha pretensões de inovar a Universidade Francesa. Esse movimento, ao ser severamente reprimido por sua Reitoria, com o fechamento do

conservadora, a maioria adeptos de referências fenomenológicas que faziam moda no Serviço Social brasileiro, através da contratação de novo quadro de docentes, de reconhecida capacidade teórica e de tradição contestatária ou, em alguns casos, revolucionária; 2) construção de novas instalações e aquisição de mobiliário moderno, inclusive inovando com um Laboratório de Informática e um auditório para conferências, além de salas de pesquisa, e salas de aula distribuídas também num prédio anexo; 3) obtenção de uma bibliografia vinculada à tradição crítica.

3 Nesse momento, possuía uma experiência de estágio junto a movimentos comunitários, como eram chamados à época, que havia se ampliado na direção da Divisão de Desenvolvimento de Comunidade, na Secretaria de Serviços Sociais do Estado do Espírito Santo, função ocupada a partir de 1968, por indicação da Escola de Serviço Social de Vitória, onde havia estudado. Em 1971, com a mudança de governo, fui contratada como assistente social, até o momento que me tornei efetiva através de concurso público, função que desempenhei até 1978. Entre 1973-1978, ocupei a função de professora do Departamento de Serviço Social da UFES.

Campus, proibindo a entrada dos estudantes, espalhou-se por todas as unidades universitárias de Paris, mantendo na Sorbonne, ocupada pela direção dos estudantes, o centro de onde emanava toda a orientação e táticas políticas. Esse movimento alcançou as diferentes cidades da França. Mas o mais importante do Maio de 1968 francês foi o fato de esse movimento ter atingido as fábricas, numa longa greve geral, que proporcionou conquistas importantes no mundo do trabalho⁴, além de revolucionar o cotidiano da vida nas cidades francesas, com uma profunda renovação cultural naquela sociedade e a descentralização da educação universitária.

Mas o movimento social, de 1968, não se limitou a esse país, ocorreu em diversas partes do mundo, inclusive nos Estados Unidos e no Brasil. Lembramos a Marcha dos Cem Mil, que teve como ponto de partida a Praia Vermelha (UFRJ), contra as repressões e torturas promovidas por agentes da Ditadura Militar. E em oposição a esse regime, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, surgiram em cidades brasileiras diversos movimentos sociais, entre eles o Movimento de Moradia, as Comunidades de Base, o novo sindicalismo e, finalmente, o Movimento da Anistia, com reivindicações específicas, portando todos uma pauta em comum: a derrubada dos militares no poder. O “Paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos”, elaborado nesse contexto⁵, tentou analisar esses novos movimentos (como eram assim chamados), tendo como principais fontes: 1) concepções sobre comunidade elaboradas pela Escola de Chicago (que explicam as mudanças sociais a partir do intenso processo de migração ocorrido nos Estados Unidos com a industrialização); 2) a obra de Manuel Castells (cuja orientação teórica procede do marxismo estruturalista, e visa à explicação dos movimentos vicinais em ocorrência à época em cidades espanholas e francesas)⁶.

4 Ver Rauta Ramos, M. H. (1994).

5 Ver Rauta Ramos (1994) .

6 A obra de Manuel Castells pode ser dividida em dois grandes momentos: Castells I, décadas de 1970-1980, enquanto Castells II é representado por suas

Assumi a direção da Escola de Serviço Social em 1986, momento em que me debruçava sobre o livro de Jean Lojkine, sociólogo francês, vinculado ao Partido Comunista Francês, publicado no Brasil, em 1981, intitulado *O Estado capitalista e a questão urbana*. A conjuntura política brasileira se alterava, indicando a queda gradativa da ditadura desencadeada por mobilizações sociais especialmente nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, processo de democratização que culminou com a conquista, em 1988, da Constituição Cidadã. Esse processo se fez repercutir na UFRJ. A recém-criada Associação de Docentes alcançara uma vitória política de longo alcance, inclusive para a renovação da Escola de Serviço Social: assumiu a função de Reitor, através de eleição direta, o professor Horácio Macedo, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro. Assim, não nos faltou apoio para nossas reivindicações, impulsionadas pelo movimento discente e apoiadas por dirigentes do movimento docente da UFRJ. A principal novidade foi a chegada de novos docentes com fundamentação marxista, primeira conquista de nossa Escola, a partir de 1986; o que trouxe muitos ganhos, não apenas para os estudantes da pós-graduação e da graduação, mas principalmente para o próprio corpo docente ao qual eles se integravam⁷. Dentre eles destaco o ingresso dos seguintes professores: Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, José Maria Gomes, Nobuco Kameyama, Marilda Iamamoto e Jean Robert Weisshaupt.

Paralelo ao processo de democratização da UFRJ, o debate brasileiro sobre o urbano, então matizado pelo pensamento de Manuel Castells, começou a receber a influência da obra daquele pensador francês, vinculado ao PCF, Jean Lojkine, a partir do início da década de 1990, como também de alguns outros autores próximos ao PCF, como Preteceille, Topalov e intelectuais, cuja orientação teórica provinha da obra de Marx, no quadro das pesquisas realizadas dentro

obras escritas a partir da década de 1990.

7 Inicialmente como professor colaborador, depois com a conquista de vagas no quadro efetivo, através da participação em concurso público.

do Programa Comum de Governo. Esses trabalhos foram difundidos no Brasil, acompanhando o processo de redemocratização do país, tendo o IPPUR e a Escola de Serviço Social (ambas instituições da UFRJ) como seus principais divulgadores. As formulações desses autores repercutiram na análise e na produção teórica sobre movimentos sociais, tanto da América do Norte, quanto da Europa e América Latina. Essa perspectiva de análise se enriqueceu com a teoria da Revolução informacional, elaborada por dois intelectuais comunistas franceses (Boccaro, 1964 e 1984, e Lojkine, 1995).

Entre os anos 1970 e 1990, partindo da crítica à concepção de comunidade⁸, dediquei-me ao estudo das diferentes concepções de movimentos sociais, na esteira do processo de elaboração do "Paradigma Brasileiro de Movimentos Sociais Urbanos", que me fez abandonar a orientação metodologista inspirada no método BH⁹. Procurava desvendar questões importantes, tais como: qual das concepções teria mais capacidade explicativa no estudo das manifestações sociais em cidades brasileiras, compreendidas como movimentos sociais urbanos? Que consequências políticas cada uma delas aportaria à prática social mais ampla?

Sabendo que a melhor leitura da conjuntura seria propiciada pelo uso das melhores lentes teóricas, considerava importante, num primeiro momento, o aprofundamento nas diversas concepções de movimentos sociais subjacentes no chamado "Paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos", elaborado por intelectuais brasileiros, a fim de escolher aquela que mais daria conta das contradições sociais presentes

8 Concepção básica do processo de ação comunitária, divulgado em texto de autoria de Aylda Reis, numa publicação do SESI, bem como os trabalhos sobre Desenvolvimento e Organização de Comunidade, de autoria de Maria Lúcia Silva Carvalho, baseada em documentação da ONU, que foram bastante difundidos nas Escolas de Serviço Social então existentes no Brasil.

9 Texto publicado inicialmente em versão mimeografada, e distribuído aos docentes participantes da Assembleia da ABESS (hoje ABEPSS), realizada em São Luís no segundo semestre de 1973, na qual era uma das participantes como representante do Curso de Serviço Social da UFES.

na sociedade brasileira e o norte para nossas intervenções políticas. Desse modo, no meu doutorado fiz estudos sobre as determinações políticas subjacentes ao debate urbano francês, uma das fontes das concepções difundidas sobre movimentos sociais no Brasil.

Proponho-me no presente texto a examinar algumas dessas concepções, fazendo referência a seus fundamentos, suas bases teóricas. Esse trabalho intelectual provocou o deslocamento de minhas preocupações políticas, deixando de ter como foco principal a formação profissional e as organizações da profissão, para me vincular a movimentos sociais mais amplos, como partido político e movimentos de defesa do meio ambiente. O que quer dizer que as reflexões, objeto dessa exposição, foram movidas por engajamentos práticos, mas especialmente pelo estudo sistemático da literatura marxista, especialmente da obra de Marx, *O Capital*; estudo mediado pela via de alguns de seus intérpretes, com destaque para Ernest Mandel (1998) e Isaack Illich Rubin (1987)¹⁰.

Assim, nesta exposição apresento, inicialmente, uma crítica à concepção de comunidade, pressuposto teórico dos processos de Ação Comunitária e de Desenvolvimento de Comunidade; seguida, de forma sumária, da apresentação dos fundamentos de três vertentes que predominam o debate sobre Movimentos Sociais Urbanos¹¹: a tendência de base weberiana, considerada politicamente "neutra", expressa na obra de Alain Touraine, e adotada por Manuel Castells na segunda fase de sua trajetória intelectual¹², cuja pesquisa se pretende neutra

10 O que exigiu a dedicação de horas diárias na leitura, acompanhadas de anotações que levaram a elaboração de artigos e livros nunca publicados em sua maioria.

11 Complementamos essa abordagem sobre as tendências presentes no debate sobre movimentos sociais urbanos somente em estudos realizados após a elaboração da tese de doutorado, curso realizado na PUC/SP, sob a direção do Prof. José Paulo Netto; tendo passado inicialmente, em Paris, dois anos com bolsa sanduíche, com a orientação do Prof. Jean Lojkine (1991-1993) e mais tarde, em 2001, realizado um mês de estágio, em pós-doutoramento em 2001, com financiamento recebido do CNPq.

12 Certamente Manuel Castells foi atingido pelos ventos da "crise dos

em relação ao caráter político dos movimentos sociais, e que tem um antagonista oculto, o Partido Comunista Francês; a tendência que qualificamos de reformista tendo como base pressupostos extraídos do marxismo estruturalista, e difundida no Brasil pelos trabalhos de Castells (elaborados entre 1970-1980). Essa formulação era defendida por grupos acadêmicos filiados ou simpatizantes ao então nascente Partido dos Trabalhadores, restringindo a concepção de movimentos sociais urbanos às lutas no espaço de reprodução da força de trabalho, ou seja, limitada ao espaço residencial; e, finalmente, a de base marxiana, que lê o urbano, a partir da teoria do valor trabalho de Marx, ou numa perspectiva de totalidade contraditória, como espaço de formação, realização e distribuição da mais-valia. Representa esta perspectiva de análise do urbano, orientada por um processo de transformação da sociedade capitalista, a obra de Lefebvre (1997) e de Lojkin (1981 e 1997), concebida como expressão da luta de classes; e que se centra na luta no espaço do trabalho para a articulação das demais lutas sociais, inclusive aquelas que reivindicam equipamentos coletivos e instalação de infraestrutura urbana. Essa concepção abarca a totalidade das determinações do espaço urbano, pois toma como fundamento a teoria do valor de Marx; portanto, analisa as determinações materiais que se reproduzem também nos espaços residenciais e nos demais espaços culturais, como também na vida política, permitindo uma crítica radical à sociedade capitalista. Esse estudo nos levou ao aprofundamento do estudo do três volumes d'*O Capital*, que concebe os movimentos sociais numa perspectiva de totalidade contraditória, articulada a uma estratégia de luta de classes para superação do capitalismo; impõe-se uma remissão à obra integral do velho Marx. Não basta o estudo do primeiro capítulo, sobre a mercadoria, ou quando muito todo o Livro I d'*O Capital*. É mister passar pelo Livro II e chegar até os 3 volumes do Livro III. Isso porque, como diz o próprio Marx, quanto à matéria tratada nessa sua principal obra:

paradigmas”, da crise do Estado de Bem Estar, e da queda do “socialismo real”, bem como pelo avanço da ideologia neoliberal.

No Livro Primeiro, investigamos os fenômenos do *processo de produção* capitalista considerado apenas como processo imediato de produção, [...]. Mas o processo imediato de produção não abrange a vida toda do capital. Completa-o o *processo de circulação*, que constituiu o objeto de estudo do Livro Segundo. Aí [...] evidenciou-se que o processo de produção capitalista, observado na totalidade, é unidade constituída por processo de produção e processo de circulação. O que nos cabe neste Livro Terceiro não é desenvolver considerações gerais sobre esta unidade, mas descobrir e descrever as formas concretas oriundas do *processo de movimento do capital*, considerando esse processo como um todo. (MARX, 2013, p. 41).

CRÍTICA À CONCEPÇÃO DE COMUNIDADE DE BASE EMPIRISTA E CONSERVADORA

A concepção de comunidade constituiu uma das principais bases da formação profissional do Serviço Social, ainda sob a influência do Movimento de Reconceituação, ocorrido na América Latina a partir de 1965, vigente no Brasil até a instalação de um regime democrático, no fim dos anos 1980¹³. A partir daí foi possível estudar a teoria social marxiana nos cursos universitários, sendo que, no interior dos cursos de Serviço Social, essa ganhou espaço.

13 A resultante de reformas curriculares, inspiradas no movimento de reconceituação, foi a introdução de disciplinas como Serviço Social de Comunidade, Desenvolvimento de Comunidade ou Desenvolvimento e Organização de Comunidade. Mesmo a reforma curricular aprovada na Assembleia de Abess (atualmente Abepess), realizada em Natal, em 1980, imediatamente após o Congresso da "virada", manteve a disciplina Desenvolvimento de Comunidade, mas inovou com a introdução do estudo obrigatório de Movimentos Sociais, uma sugestão da Professora Nobuco Kameyama, que participou dessa convenção. Na reforma curricular do curso de graduação da Escola de Serviço Social, seguindo esse novo currículo, a partir de 1986, introduzimos Movimentos Sociais I, como disciplina obrigatória, e Movimentos Sociais II, como optativa.

A concepção de comunidade, base dos processos de intervenção profissional em periferias urbanas, tem por fundamento a defesa do bem comum, isto é, a suposição de que interesses comuns, do tipo "justiça social", estruturam as relações entre os indivíduos que se unem em função de seu pertencimento a um grupo social comungando valores comuns. Sua delimitação obedece a elementos geográficos e político-administrativos como: localização (bairro, distrito, município, estado e país), áreas limítrofes, tamanho (km²), número de habitantes etc. E a elementos funcionais, como o uso comum de equipamentos coletivos, que atendem as necessidades sociais de seus habitantes (escolas, postos de saúde, supermercados, templos religiosos), mais usados pela população local, como também as vias de acesso e os meios de transporte público. O privilégio a essas categorias empíricas preserva o estudo no nível da aparência, mantendo encobertas as relações sociais de produção, onde se localizam as determinações da pobreza urbana. De fato, ficam encobertas as contradições que movem a sociedade capitalista, das quais uma das resultantes é o próprio processo de segregação socioespacial: os interesses antagônicos subjacentes à relação capital x trabalho.

A metodologia proposta para a ação profissional começa com estudos monográficos na localidade, objeto dessa atuação, realizados geralmente através de pesquisa tipo *survey*, quando se aplica um questionário a seus habitantes, com o uso de métodos estatísticos¹⁴. As técnicas tanto de pesquisa quanto de intervenção encontram suas raízes no pensamento social difundido pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, que tinha na cidade seu principal objeto de estudo, sendo atendidos três tipos de requisitos: 1) o cercamento de alguns aspectos do fenômeno urbano, no que se refere a aspectos geográficos, como localização, tamanho e crescimento, e a aspectos sociais, defendidos pelos reformadores sociais;

14 Na minha formação profissional, havia a disciplina de estatística, ministrada por um especialista da área, com estágio obrigatório em pesquisa aplicada em bairro da periferia de Vitória/ES.

2) a preservação da objetividade, ou seja, a salvaguarda de um ponto de vista que assegurasse o alcance do "simples entendimento", sem a influência de valorizações, para não dar origem a ataques ou defesas; 3) a elaboração de conceitos sustentados em estudos de primeira mão sobre os fatos urbanos, ou seja, de base empírica.

Foram os sociólogos da segunda geração que, entre a década de 1920 e início dos anos 1930, introduziram na investigação social o recurso a fontes primárias, como cartas, histórias de vida e monografias de bairros etc.; anteriormente os estudos sobre as relações entre os indivíduos e sobre o meio social eram mais baseados em bibliografia¹⁵. Sob essa orientação, a cidade de Chicago foi mapeada e mensurada, resultando em um acúmulo de documentos acadêmicos (artigos, dissertações e teses de doutorado), que forneceram as bases para a elaboração e difusão do pensamento urbano não apenas nos Estados Unidos como nos demais cursos de sociologia e serviço social recém-criados em todo o mundo¹⁶.

Os estudos dessa escola de pensamento sociológico portavam uma natureza conservadora, dado o controle político-ideológico de seus financiadores provenientes da burguesia capitalista¹⁷, por isso

15 Ver em Grafmeyer e Joseph, 1990, p. 22.

16 No Serviço Social brasileiro o conceito de comunidade e suas técnicas de estudo e intervenção integravam os programas de disciplinas consideradas teóricas (Serviço Social de Comunidade, Desenvolvimento de Comunidade e Desenvolvimento e Organização de Comunidade), como os estágios práticos obrigatórios em bairros da periferia urbana.

17 A criação da Universidade de Chicago foi contemporânea e resultante de um movimento de reforma social, organizado por filhos de pastores protestantes e de seus seguidores, movida por duas forças associadas, uma religiosa e outra econômica: ocupou o lugar de um colégio batista em falência, e seu projeto inicial foi elaborado por uma associação encarregada de manter os estabelecimentos escolares batistas, com o apoio financeiro de John Rockefeller (o proprietário da Standard Oil) que visava então contribuir para a fundação de um novo estabelecimento de ensino superior (CHAPOULIE, 2001, p. 32). Com esse objetivo, Rockefeller dispôs inicialmente de um milhão de dólares, mas exigiu a participação de outros

a teoria social crítica não constituía parte de seus fundamentos teóricos, e não se examinavam os antagonismos de classes e a luta social daí derivada, para a explicação das formas de resistência de reivindicações sociais. Ou seja, as classes sociais eram compreendidas como estratos sociais - noção próxima às elaboradas por Durkheim e Weber - e não a partir de seu vínculo com a produção de riqueza social, determinado pela relação com os meios de produção enquanto propriedade privada.

Durkheim, tomando a divisão do trabalho como central em seu estudo, considera-a um dos elementos desencadeadores dos fatos sociais, tratados como coisa, como um fato objetivo, incluindo aí os conflitos sociais. Focaliza seus estudos na questão "[...] das relações entre a personalidade individual e a solidariedade social" (DURKHEIM, E. 1999, p. L). Esse sociólogo, preocupado com os processos de autonomia dos indivíduos que se fazem acompanhar de maior dependência, indaga "[...] Como pode ser, ao mesmo tempo, mais pessoal e mais solidário?" (idem). A resposta ele vai procurar na "[...] transformação da solidariedade social, devida ao desenvolvimento cada vez mais considerável da divisão do trabalho" (idem).

Weber analisou os processos sociais tomando como referência o processo de circulação da riqueza (não o processo ampliado de produção), ou seja, o mercado consistia no elemento definidor da classe social:

Falamos de uma classe social quando 1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho ('situação de classe')" (WEBER, M. 1999, V.2, p.176).

colaboradores. Toda a comunidade batista foi arrematada, quando obtiveram a adesão de outros parceiros, como o proprietário de um dos grandes comércios da cidade, Marshall Field, responsável pela doação de uma parte do terreno, e um grupo de judeus de origem alemã (CHAPOULIE, 2001, p. 33).

Para a Escola de Chicago, a consciência coletiva se vinculava aos particularismos e aos preconceitos, e não necessariamente a interesses sociais provenientes do vínculo de classe, próprios de uma sociedade capitalista onde prevalece o antagonismo entre burguesia e proletariado. Os interesses particulares se referiam à capacidade de “reserva” manifestada na história de vida dos indivíduos e na história dos bairros periféricos pesquisados. Havia o privilégio aos estudos sobre a diferenciação das individualidades, sendo a natureza humana reportada a uma evolução semelhante à da natureza animal, obedecendo a uma lógica similar aos sistemas biológicos. Suas causas eram buscadas nas manifestações temperamentais, disposições pessoais e nas atitudes individuais. A vida nas cidades era pensada a partir das diferenças com a vida campesina, ressaltando-se as heterogeneidades latentes, forma como eram abordadas as desigualdades sociais. Estas dependiam das características individuais, e o sistema social, em seus distintos contextos, através de suas regras sociais, recompensava, tolerava ou reprimia as distintas ações dos indivíduos.

A cidade era entendida como uma configuração espacial, de um território natural, localidade de residência de uma determinada população, distribuída segundo formas e tipos específicos. As formas de vida e os tipos característicos da cidade eram determinados por uma ordem espacial, constituída como sistema de indivíduos e instituições em interdependência. O meio urbano levava à transformação do modo de vida dos recém-chegados provindos do meio rural. A cidade era também pensada como um artefato da civilização, uma máquina que determinava as condições de existência do homem, embora as formas emergidas e desenvolvidas fossem entendidas como processos naturais: "A cidade, comunidade humana ampliada, é ao mesmo tempo um sistema de indivíduos e de instituições em interdependência, e uma ordem espacial" (GRAFMEYER; JOSEPH, 1990, p. 23).

O naturalismo era o eixo do pensamento de diferentes teóricos dessa Escola, que recorriam a modelos da ecologia animal e vegetal, observando a sociedade constituída de indivíduos distribuídos

sobre um território. A cidade era analisada a partir da concentração de indivíduos em determinados espaços, sendo privilegiadas a mensuração de seu tamanho e sua densidade geográfica, em detrimento de sua estrutura social¹⁸. O processo de competição explica em parte a relação dos indivíduos no seu espaço territorial, semelhante ao que ocorre no mundo animal. No caso das sociedades humanas, os indivíduos mais fortes conseguem as melhores localizações, determinando assim a relação centro e periferia urbana¹⁹.

Predomina também nesse pensamento a visão evolucionista, construída numa linha direta do “tecido da vida” de Darwin, visto que pensam as sociedades humanas, em mutação, evoluindo através dos mesmos mecanismos que as ordens de animais inferiores. Assim, todos os organismos vivos estariam sujeitos a processos de competição, simbiose e cooperação. Com a emergência de formas superiores de vida, os processos sociais (competição, simbiose e cooperação) foram inovados: enquanto o processo de competição limita a expansão territorial e a dominação das espécies vegetais e o instinto regula o comportamento dos animais, nos seres humanos há a incidência da cultura sobre suas relações sociais. Ou seja, as formas de integração, de competição, de expansão territorial e de dominação passam a ter uma explicação cultural.

18 A caracterização de vila, aldeia ou povoado dependeria, portanto, do número de seus habitantes. E o estatus de uma pessoa, se urbana, rural ou intermediária, dependeria do tamanho de local onde residia, sendo que este se alterava quando mudava de localidade residencial.

19 Vejamos como se expressa Parx, um dos fundadores dessa Escola, em relação à cidade: "A cidade foi estudada recentemente do ponto de vista de sua geografia e, mais recentemente ainda, do ponto de vista de sua ecologia. No interior dos limites de uma comunidade urbana – e, de fato, não importa de qual área natural de habitat humano –, forças estão operando que tendem a produzir um agrupamento ordenado, característica de sua população e de suas instituições. A ciência que procura isolar esses fatores e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas por sua convergência, nós chamamos ecologia humana, em oposição à ecologia vegetal ou animal" (PARK, Robert Ezra, 1990, p. 84).

Como sabemos, em Marx, diferentemente, a cidade é originária do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, sendo a revolução industrial sua parteira. Na dinâmica da antítese que separa a cidade e o campo, própria das relações mercantis, “encontra-se resumida toda a história econômica das diversas sociedades” (MARX, 2003, p. 407). A concentração do operariado é própria do processo de produção capitalista, que expulsa os trabalhadores de suas terras, desapropriando-os de seus meios de produção. Sua concentração nas cidades, ao tempo que favorece a produção capitalista, produz efeitos destrutivos sobre a sua saúde e sobre os recursos naturais:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado concentra a força motriz histórica da sociedade [o proletariado urbano], e, de outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo (MARX, 2003, p. 570).

A problemática de pesquisa social precisa então estar inserida na totalidade social, histórica e socialmente determinada, e delimitada a partir de uma crítica radical à orientação abstrato-empiricista, focalista, que privilegia o dado objetivo. Ou seja, na busca de explicação da dinâmica e estruturação dos movimentos sociais, é nefasta qualquer proposição limitada ao local e impregnada das noções subjacentes à concepção de comunidade, cuja base consiste no bem comum, afastando as contradições e os antagonismos de classe do arco de sua abordagem. Essa perspectiva se desvincula da historicidade e da crítica à sociedade em que vivemos, hoje sob a determinação dos monopólios do capitalismo mundializado.

Encontro, em *A ciência da lógica* (HEGEL, 1995), alguns elementos para se combater o metodologismo, tanto de natureza empiricista, quanto formal e abstrata, que ocupa espaço dentro dos programas

de pós-graduação no campo das ciências sociais. Embora prisioneiro do idealismo, na sua concepção de razão, Hegel preserva “[...] os esforços materiais no sentido de uma vida livre e racional” (MARCUSE, 1988, p. 19), contendo no núcleo de seu pensamento uma estrutura formada pelas noções de liberdade, sujeito, espírito e conceito, advindas da ideia de razão. Para Hegel, a Revolução Francesa proporcionou uma reviravolta na História, quando “[...] o homem veio a confiar no seu espírito e ousou submeter a realidade dada aos critérios da razão” (idem). Para Marcuse a mola propulsora do método dialético hegeliano é o espírito de contradição, aquilo que divide a sociedade, e não o que identifica os homens em geral (ou o princípio de identidade).

A filosofia de Hegel porta o caráter de negatividade, distinta da positividade da filosofia empirista:

{...} os fatos que aparecem ao senso comum como indícios positivos da verdade são, na realidade, a negação da verdade, tanto que esta só pode ser estabelecida pela destruição daqueles. A força que move o método dialético está nesta convicção crítica. A dialética está intimamente ligada à idéia de que todas as formas do ser são perpassadas por uma negatividade essencial, e que esta negatividade determina seu conteúdo e movimento. A dialética constitui a oposição rigorosa a qualquer forma de positivismo (MARCUSE, 1988, p. 37-38).

Para seus adeptos, a metodologia empirista e positivista, concebida como um conjunto de regras e normas que, se obedecidas, dão validade ao conhecimento produzido. O caráter acrítico e conservador dessas filosofias está em que induz o pesquisado “[...] a contentar-se com os fatos, a renunciar a transgredi-los e a submeter-se à situação vigente” (idem, p. 38). Os empiristas limitam seu estudo ao que Hegel denomina de *entendimento*, na medida que abordam o real a partir da coleta de dados e uso de técnicas estatísticas, tendo como princípio a *identidade*. Suas operações encontram-se mais ligadas ao sentido (sensação e percepção), desse modo o conhecimento se mantém “[...] na determinidade fixa e na diferenciação dela em relação a outra determinidade; um tal Abstrato limitado [...]” (HEGEL, 1995,

p. 162), guiado pela lógica formal. Esse nível de conhecimento restringe-se à apreensão 1) da qualidade (determinidade idêntica com o ser, entendendo que caso se perca essa dada qualidade, deixa-se de ser o que é); 2) da quantidade (determinidade exterior ao ser, sendo indiferente ao objeto, no entanto se ultrapassar em sua grandeza um determinado limite, ele não é mais o que era na sua origem); e 3) da medida, que forma uma unidade na quantidade qualitativa, ou melhor, a mensuração da qualidade. Predominam os processos de observação, quantificação, classificação e descrição de dados coletados diretamente, por exemplo, com o uso de questionários, e os processos de tabulação, descrição e "análise", para o registro das observações²⁰. Para Hegel, essas três formas - a qualidade, a quantidade e a medida - são as mais empobrecidas porque referidas à consciência imediata, sensível, restritas às determinações abstratas²¹.

A pesquisa social de base empirista se mantém no mundo sensível, porque seu conhecimento se baseia em dados apreendidos pelos órgãos dos sentidos, medidos com o uso de instrumental estatístico. Os empiristas ao examinar qualquer fenômeno social (questão social, questão agrária, questão urbana ou mesmo a crise), o fazem de forma focal, dentro de um determinado recorte, sem buscar as mediações com a totalidade social concreta, historicamente determinada, e sem pesquisar suas contradições e seu processo de desenvolvimento, contentando-se em retratar somente o estado da coisa do objeto estudado, dados aparentes e que podem ser quantificados, medidos. A metodologia empiricista é bastante consensual entre cientistas sociais e mesmo assistentes sociais, com o uso de um conjunto de métodos e técnicas, inclusive alguns que se reclamam marxistas. Consideram o tratamento estatístico como base de validação do conhecimento verdadeiro. É usual a defesa da quantificação

20 Atualmente, utiliza-se a coleta indireta em sites de empresas, redes sociais, órgãos governamentais, documentos oficiais, jornalismo em redes etc., daí extraindo informações.

21 Ver Hegel, 1995, p. 174

das qualidades observadas, com o tão declamado "método quali/ quanti". Nesse nível se aferem "simples verificações numéricas», as quais «como tais, sem o ponto de vista da orientação que aqui se indica, contam, com razão, como curiosidade vazia que não pode satisfazer nem um interesse teórico, nem um interesse prático" (HEGEL, 1995, p. 213). Deter-se no espaço local e no campo da empiria é não prosseguir no pensamento racional de base dialética, que "[...] é o próprio supressumir-se de tais determinações finitas e seu ultrapassar para suas opostas" (HEGEL, 1995, p. 176). Na perspectiva dialética²² a unidade do objeto se descobre na sua negação, isto é, apreende-se "[...] a unidade das determinações em sua oposição: o afirmativo que está contido em sua resolução e em sua passagem [a outra coisa]" (idem, p. 266), em seu desdobrar-se, seu devenir histórico, inferindo as possíveis tendências na direção do fortalecimento das forças vinculadas ao trabalho que se organizam em torno de um projeto político de natureza anticapitalista, porque crítica. Ao se adotar a perspectiva negativa, de crítica e superação da realidade, mesmo o uso da lógica formal, ou lógica do entendimento, da identidade, de base empírica, precisa ser orientado para e pela lógica dialética. E é preciso prosseguir com o uso de instrumentos da razão, para se chegar ao conhecimento racional, e assim realizar o movimento do "[...] ser-retornado sobre si mesmo e ser-junto-a-si desenvolvido, no conceito em si e para si (idem, p. 169), saindo do nível da aparência e chegando à essência, na busca do *imediato* e do *mediatizado*, em sua unidade contraditória. Para Hegel, as determinações do ser são também as determinações do pensamento, determinações lógicas em geral. Mas o pensamento de Hegel foi renegado depois de sua morte, na medida que era incompatível com a dominação burguesa que se instalava²³.

22 "Em sua determinidade peculiar , a dialética é antes a natureza própria e verdadeira das determinações-do-entendimento – das coisas e do finito em geral" (HEGEL, 1995, p. 163).

23 A cena filosófica europeia, depois da morte de Hegel, passou a ser dominada

Uma das fontes de Marx é a dialética de Hegel, sendo que a perspectiva idealista é substituída pela materialista, na medida que baseia seus estudos na materialidade da vida social, toma como objeto a produção capitalista, e assume como classe revolucionária aquela vinculada ao trabalho na sua relação antagônica com o capital. A afirmação "[...] o concreto só é concreto porque é síntese de múltiplas determinações" (MARX, 1982, p. 14) é de inspiração hegeliana. E para chegar a essas múltiplas determinações é preciso ultrapassar esse primeiro nível de conhecimento. A questão agrária, a questão urbana, a questão ambiental e a questão social, isoladamente, e baseada apenas na observação dos dados. A vida humana tem suas dimensões social, cultural e econômica relacionadas, visto que essas se compõem e se originam da mesma unidade histórica, prenas de antagonismos, provenientes da relação capital x trabalho. E só se consegue alcançar essa totalidade concreta, com o deciframento da estrutura e dinâmica da sociedade capitalista, tornando-se imprescindível a incorporação da teoria e do método elaborados por Marx, sem desprezar o estudo, numa perspectiva crítica, da teoria social de outros clássicos, como Durkheim e Weber.

A PERSPECTIVA CULTURALISTA DE MOVIMENTOS SOCIAIS E POLITICAMENTE "NEUTRA", A PARTIR DA BUSCA DO SENTIDO DA AÇÃO SOCIAL DE BASE WEBERIANA

Essa vertente sobre movimentos sociais urbanos porta uma orientação culturalista, apoiando-se nos estudos weberianos, sem levar em conta o antagonismo da relação social capital x trabalho²⁴. Sua matriz

pelo positivismo, daí se expandiu para as demais partes do mundo, chegando especialmente na França, nos Estados Unidos e no Brasil. Seus adeptos atacavam o que chamavam de "filosofia negativa", visto portar a tendência à crítica, como declaravam: "A filosofia negativa, afirmavam, luta pelas potencialidades das coisas, mas é incapaz de conhecer sua realidade" (MARCUSE, 1988, p: 297).

24 A essa corrente se filia uma grande parte dos antropólogos e de intelectuais

teórica é buscada particularmente em sua tipologia de Ação Social²⁵.

Weber (2000) concebeu a ação social como a conduta humana orientada “[...] pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros)” (idem, p. 13). Para este clássico da sociologia, não importa quem sejam esses “outros” – “[...] indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas” (idem, p. 14). Ilustra sua definição, com uma ação social ocorrida no mercado (quer dizer, no processo de troca), em que o

[...] “dinheiro”, por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente o aceita no ato da troca, porque sua ação está orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estarão dispostos a aceitá-lo também, por sua parte, num ato de troca futuro (idem).

Como, para este autor, toda ação social tem um sentido encoberto, ou seja, um “*sentido subjetivamente visado*”, esse sentido poderia ser abstraído pelo pesquisador em diferentes situações: numa determinada realidade, através do estudo de um caso historicamente situado, numa amostra de um universo de pesquisa, ou ainda, com o objetivo de constituir-se em guia da pesquisa, “[...] num tipo puro conceitualmente, construído pelo agente ou pelos agentes concebidos como típicos” (WEBER, 2000, p. 4). E, nesse caso, a construção de tipologias atenderia o interesse científico; desse modo,

[...] todas as conexões de sentido irracionais do comportamento afetivamente condicionadas e que influem sobre a ação são investigadas e expostas, de maneira mais clara, como ‘desvios’ de um curso

ditos “esclarecidos” e mesmo alguns que se reconhecem de esquerda. Encontra-se subjacente às proposições desse últimos a tese do fim do trabalho e, conseqüentemente, o fim da luta de classes.

25 Os trabalhos sobre Ação Comunitária mais aprofundados na teoria sociológica também adotam essa perspectiva teórica weberiana.

construído dessa ação, no qual ela é orientada de maneira puramente racional pelo seu fim (idem, p. 5).

Também, para esta situação, Weber buscou um exemplo no processo de circulação, referência fundante de seu corpo teórico, afirmando que “Na explicação de um ‘pânico financeiro’, por exemplo, é conveniente averiguar primeiro como se *teria* processado a ação *sem* influências de afetos irracionais, para registrar depois aqueles componentes irracionais como ‘perturbações’” (idem). Na sua concepção de ação social, a noção de sentido ocupou uma posição central, servindo para ressaltar o caráter subjetivo que precisaria ser observado na pesquisa das atividades humanas. A ação social seria, então, analisada mediante o uso da noção de “sentido subjetivamente visado”, mas sem conotação psicologista. Desta maneira, o essencial para Weber “[...] é que o sentido da ação não é algo dado que de algum modo seja ‘visado’ pelo agente como ‘meta’ da sua ação mas é a representação que ele, como agente, tem do curso da sua ação e que comanda a sua execução” (COHN, Gabriel, 2000, p. XIV), ou seja, “[...] um sentido subjetivamente representado”. Na verdade, o importante, mais do que o fim pretendido da ação, seria “[...] o modo como o agente o representa para si ao conduzi-la” (idem).

No esquema analítico weberiano tudo passa pelas concepções ou representações que os agentes (sempre individuais, em última instância) têm dos motivos, meios e fins das ações sociais em que se envolvem. Daí a dimensão subjetiva da ação. E motivos, meios e fins têm, para o agente, caráter significativo. Daí a dimensão de sentido da ação (idem, p. XIV-XV).

Vimos que, na sua tipologia de ação social, Weber indicou quatro modos de determinação do comportamento humano: 1) de modo racional referente a fins; 2) de modo racional referente a valores; 3) de modo afetivo ou emocional e 4) de modo tradicional:

A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) *de modo racional referente a fins*: por expectativas quanto ao comportamento

de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) *de modo racional referente a valores*: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) *de modo afetivo, especialmente emocional*: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) *de modo tradicional*: por costume arraigado (WEBER, 2000, p. 15).

Encontramos nessa mesma obra, volume II (1999), uma abordagem diretamente sobre o fenômeno urbano, quando discorre sobre a dominação não-legítima (Tipologia das cidades). Por isso Weber é considerado um dos fundadores da Sociologia urbana. Concebe a cidade como um sistema peculiar de forças, surgido num determinado momento histórico e sob condições sociais particulares, num momento historicamente determinado. Buscando superar as abordagens existentes à época, principalmente aquelas realizadas por Simmel, Weber encontra, na pesquisa histórica e comparativa, entre a cidade antiga e medieval no oriente e no ocidente, os elementos de compreensão do fenômeno urbano em sua diversidade. Tomando a circulação (e não a produção), como determinante no aparecimento da cidade, o mercado tem uma centralidade nas suas concepções. No caso do urbano, analisa a função da cidade no fornecimento de produtos para atender às necessidades do príncipe e de sua corte, como também examina a polarização que exerce sobre as relações de seus habitantes. Desse modo, a cidade propicia as trocas de forma regular, tendo presentes os elementos referentes às atividades artesanal e/ou industrial, um sistema de profissões distintas; o que distancia a cidade da aldeia, no exercício de funções jurídicas, econômicas e políticas, movimentando a vida urbana.

Uma das formulações mais recentes de Manuel Castells (1999) o insere nesta perspectiva de análise dos movimentos sociais, e pode ser apreendida em suas “breves observações metodológicas” (idem, p. 94-96). Segundo esse autor, os movimentos sociais são o que eles

dizem ser, “Isto é, na pesquisa em torno dessa ação coletiva, eles deverão ser caracterizados por sua autodefinição, por suas práticas, com um destaque especial para aquelas discursivas, ou seja sua identidade”. Negando seus trabalhos anteriores, afirma que:

Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a ‘verdadeira’ consciência dos movimentos, como se somente pudessem existir revelando as contradições estruturais ‘reais’. Como se, para vir ao mundo, tivessem necessariamente de carregar consigo essas contradições, da mesma forma que o fazem com suas armas e bandeiras (CASTELLS, 1999, p. 94).

Para ele, os movimentos sociais devem ser examinados a partir do sentido que seus atores dão a ação coletiva, o que pode ser descoberto em sua prática discursiva, expressa verbalmente ou em seus manifestos, panfletos, sites ou mesmo através da mídia. Seguindo os supostos na teoria weberiana, trabalha com a categoria dominação (e não mais exploração), definindo-se nesse quadro de análise. Assim, abandona a orientação de seus primeiros trabalhos, e para a descoberta do sentido da ação social (encontrado nas motivações do sujeito individual e dos meios por ele escolhidos para alcançar o fim pretendido), usa a metodologia compreensiva e com a construção de um tipo ideal. Na tipologia weberiana se caracterizam os elementos predominantes em determinados padrões de ação social, os quais não se encontram de um modo exclusivo e puro na realidade social. Castells então adota a tipologia criada por Touraine, que serve como guia de sua pesquisa, definindo o movimento social a partir de três princípios: “a *identidade* do movimento”, isto é, a sua autodefinição (o que diz ser e em nome de quem se manifesta, se pronuncia); “o *adversário* do movimento”, seu principal inimigo, aquele contra qual diz fazer a sua luta; e finalmente “a *visão* ou modelo social do movimento”, a qual denomina de “meta societal”, “visão do movimento sobre o tipo de ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove” (CASTELLS, 1999, p. 95-96).

Fiel, de agora em diante, a essa nova perspectiva metodológica, Castells constrói uma *tipologia de movimentos sociais urbanos*,

tomando como elemento central o desenvolvimento de distintos processos que os diferenciam, e que servem para caracterizar suas identidades: *processos de legitimação*, a ação coletiva que visa a preservar as instituições dominantes; *processos de resistência*, levada por atores subordinados e/ou discriminados, que tentam se opor a esses processos de dominação; *processos de projeto*, aqueles atores que em sua ação coletiva, partindo dos materiais culturais a que têm acesso, pretendem redefinir sua posição na sociedade, ou elaborar um novo projeto de sociedade. É este último tipo, o da identidade de projeto onde podem ser localizadas as lutas sociais, seguindo a tradição de Touraine²⁶. Na sua análise, não importa mais a Castells o caráter político assumido pelos movimentos sociais, seu suposto é que eles “[...] *podem ser conservadores, revolucionários, ambas as coisas, ou nenhuma delas*”. Ou seja, o pesquisador se distancia de qualquer tomada de partido, referente à crítica da sociedade burguesa, adotando uma posição neutra em sua análise²⁷.

Com esse pressuposto, elabora uma conclusão que certamente não deixa dúvidas quanto a seu giro político: “não existe uma direção predeterminada no fenômeno da evolução social, e que o único sentido da história é a história que nos faz sentido” (CASTELLS, 1999, p. 95). E assim pensando, assegura que não existem “[...] movimentos sociais “bons” ou “maus”. Todos eles são sintomas de nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos que devem

26 Touraine diz assim: “A ideia que uma infraestrutura material comanda superestruturas políticas e ideológicas, tão largamente admitida nas ciências sociais quando elas refletiam sobre o triunfo do capitalismo liberal, de Karl Marx a Fernand Braudel, não corresponde mais a um século dominado por revoluções políticas, regimes totalitários, Estados-providência e uma imensa extensão do espaço público. É portanto natural que as ciências sociais tenham pouco a pouco abandonado sua antiga linguagem determinista para falar frequentemente de atores sociais (TOURAINÉ, 1992, p. 242-243).

27 Mesmo que esta neutralidade esteja impossibilitada pela própria implicação do autor numa trama social determinada.

ser determinados por meio de pesquisas" (idem). Para este autor, o importante é pesquisar a relação

[...] entre os movimentos, conforme definido por suas práticas, valores e discurso, e os processos sociais aos quais parecem estar associados, por exemplo, globalização, informacionalização, crise de democracia representativa e predominância da política simbólica no espaço da mídia (idem, p. 94-95).

A consequência política dessa concepção é limitar a luta na esfera cultural ou ideológica, subalternizando a materialidade da vida social e sua forma incidência (ou mesmo determinação) sobre as demais esferas da vida humana, não levando em consideração a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho alheio. Também não importa a seus adeptos se a luta desenvolvida pelo ator social é revolucionária ou contrarrevolucionária. Examina o movimento social a partir de sua prática discursiva (a análise do discurso), abandonando a perspectiva histórica do processo de transformação social. O pesquisador só se preocupa em extrair da pesquisa o sentido que os "atores sociais" dão a sua luta.

No Brasil, a concepção culturalista de movimentos sociais fez tradição nas ciências sociais e na antropologia, sob a influência do pensamento da Escola de Chicago; no entanto, esse aporte é atualmente bastante difundido a partir da então recente obra de Manuel Castells (1999), em que este autor faz revisão de posições adotadas na primeira fase de sua carreira²⁸. Isso significa que, nesse momento, nasce um Manuel Castells II, "sensível" à repercussão do neoliberalismo, que o faz recuar ainda mais na sua análise sobre movimentos sociais. Essa sua obra demonstra seu abandono do marxismo e sua filiação

28 Mesmo que em 1972, Manuel Castells tenha criticado a vertente culturalista para a análise da cidade, quando fez uma alusão à Escola de Chicago, ressaltando algumas falsas noções adotadas por essa escola: "Esta construção está ligada diretamente ao pensamento evolucionista-funcionalista da escola sociológica alemã, de Tönnies a Spengler, passando por Simmel" (CASTELLS, 2000, p. 126).

à tradição weberiana, próxima a Touraine. Desse modo, aquele autor divulga a concepção touraineana, engrossando essa tendência no debate urbano. Podemos observar essa mutação assumida por Manuel Castells, quando em *O poder da identidade* (1999) abandona expressamente o marxismo. No “Prefácio”²⁹, há indicadores dessa metamorfose política: seu interesse “pelos diferenças e pelas peculiaridades, procurando um fio de meada que pudesse explicar o mundo pós-moderno ou pós-industrial ou qualquer outro nome que se queira dar para as novidades do mundo globalizado”; uma contribuição “instigante, que renova a teoria de mudança social e apresenta uma visão totalizante que engloba as transformações tecnológicas, a cultura e a sociedade”; uma inovação metodológica, introduzindo “o estudo de caso, a observação participante e a preocupação com a comparação [...] (como na melhor tradição antropológica)”, que porta como objetivo: “[...] chegar a uma visão compreensiva em que o geral não seja o empobrecimento do específico [...] buscar um novo quadro teórico”. São estes indicadores

[...] que ligam as modificações do capitalismo contemporâneo e seus reflexos nas formas de trabalho e nos eixos fundamentais que organizam as culturas [...]. As transformações das bases materiais da vida deixam marcas locais não-visíveis (porque virtuais), mas que mudam as formas de ação e as orientações básicas das culturas (CARDOSO, R. In: CASTELLS, 1999, p. I e II).

Castells abandona de vez a preocupação com a luta de classes e com as contradições sociais, substituindo-a pela busca da “identidade” de “atores sociais excluídos” a partir da identificação do sentido da sua ação social. Resultante desse giro político, adota uma concepção que privilegia a dimensão cultural, em detrimento da determinação material da vida social. Assim escreve sobre a “identidade” dos

29 Elaborado, nada mais nada menos, pela então Primeira Dama, Ruth Cardoso, antropóloga reconhecida pela vinculação de pensamento ao conservadorismo, e que contribuiu grandemente na elaboração do "Paradigma brasileiro sobre os movimentos sociais urbanos".

“atores sociais excluídos”, definindo de outra maneira os movimentos sociais urbanos, ao ressaltar sua determinação cultural.

Essas comunas culturais são caracterizadas por três principais traços distintos. Aparecem como reação a tendências sociais predominantes, às quais opõem resistência em defesa de fontes autônomas de significado. Desde o princípio, constituem identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade, como forma de proteção contra um mundo externo (CASTELLS, 1999, p. 84).

A adoção da vertente culturalista é assim justificada por Castells,

Na medida que as instituições do Estado e as organizações da sociedade civil fundamentam-se na cultura, história e geografia, a repentina aceleração do tempo histórico, aliada à abstração do poder em uma rede de computadores, vem desintegrando os mecanismos atuais de controle social e de representação política (CASTELLS, 1999, p. 93).

A TESE REFORMISTA DE MOVIMENTOS SOCIAIS, A PARTIR DO MARXISMO ESTRUTURALISTA DE POULANTZAS

A tendência teórica sobre movimentos sociais, de natureza reformista, foi a mais difundida no Brasil, e capitaneada pelo pensamento de Castells, encontrada nos seus primeiros trabalhos³⁰, tendo como matriz teórica a obra de Althusser e de Poulantzas (1978)³¹, conforme confirma aquele autor:

30 Classifico a obra da primeira fase de Manuel Castells, ou seja, aquela elaborada entre o final de 1960 e a década de 1980, de Castells I, na medida que, como vimos no item 2 deste trabalho, no final da década de 1990 ele abandona totalmente o marxismo, e esse segundo momento de sua vida intelectual denomino de Castells II. Suas primeiras contribuições são apresentadas de forma resumida neste texto, quando se encontrava vinculado ao marxismo estruturalista.

31 Para Lojkine, a orientação metodológica de Poulantzas é profundamente marcada pelo estruturalismo, bebendo na fonte althusseriana, em que isola na

Desse nosso ponto de vista, nosso trabalho foi influenciado por uma determinada interpretação de Althusser (mais do que pelos próprios trabalhos de Althusser), objetivando construir um conjunto teórico codificado e formalizado antes de ir em direção à pesquisa concreta [...] (CASTELLS, 2000, p. 549).

A concepção de urbano de Castells, nas décadas de 1970 e 1980, se limitava ao espaço residencial, ou seja, ao lugar de reprodução da força de trabalho. Portanto, em Manuel Castells I, a concepção de movimentos sociais pode ser resumida como "lutas no espaço de reprodução da força de trabalho", em que a noção de classes populares é privilegiada, desprezando a determinação da produção material, ao limitar a luta social na esfera política, não enfatizando o vínculo das pessoas e grupos sociais com a extração da mais-valia, ou seja, com o antagonismo existente entre capital e trabalho. Apoiando-se na obra de Poulantzas (1977)³², a sociedade é pensada a partir de três instâncias da estrutura social (política, ideológica e econômica) que usufruem relativa autonomia³³.

Segundo Manuel Castells (2000)³⁴, a dimensão econômica, "em última instância, é determinante, toda conjuntura (momento atual) é organizada inicialmente em torno da luta de classes e, em especial, da luta política de classes, a que tem como objetivo a preservação ou a destruição-reconstrução do aparelho de Estado" (idem, p. 349). Para ele, "[...] o poder [é] a capacidade de uma classe ou de fração de classe de realizar seus interesses objetivos a custo das classes ou do conjunto de classes contraditórias" (CASTELLS, 2000, p. 349), privilegiando em seu estudo a luta na esfera política. A definição de "sistema urbano", baseada na teoria estruturalista das três instâncias,

análise as estruturas político-ideológicas da esfera econômica, vendo o Estado como um fator de coesão social (1981 e 1997).

32 Publicado na França, em 1968, intitulado "*Pouvoir publique et Classes sociales*".

33 Ver Poulantzas, 1977, p. 63-64.

34 Publicado na França em 1972.

limita a pesquisa ao espaço de reprodução da força de trabalho: “Por sistema urbano, entendemos a articulação específica das instâncias de uma estrutura social no interior da unidade (espacial) de reprodução da força de trabalho” (idem, p. 337).

Dentro do conjunto de relações ocorridas neste espaço, ele se refere ao “Funcionamento das *instituições*”, enquanto “aparelhos políticos e ideológicos” (idem). Aí vemos melhor a sua filiação a essa perspectiva de análise. Para este autor as lutas sociais ocorrem nas instâncias política, ideológica e econômica, usufruindo cada espaço relativa autonomia; o que o leva a conceber o urbano como uma realidade geográfico-social, espaço de reprodução da força de trabalho. Isso quer dizer que este termo - o urbano - que aparece na “[...] prática social e administrativa designa antes – ver-se-á facilmente – uma certa unidade residencial, um conjunto de habitações com os ‘serviços’ correspondentes. Uma unidade urbana não é uma unidade em termos de produção” (idem, p. 556).

A importância que atribui ao urbano se vincula aos problemas concretos que aí se expressam, considerando 1) a crescente concentração urbana, com a aglomeração populacional cada vez mais gigantesca; 2) a intervenção do Estado, responsabilizando-se pela produção e distribuição dos equipamentos coletivos e pelo arranjo urbano; 3) o aumento significativo das “lutas urbanas”, estas entendidas pelas diferentes formas de pressão em face de suas necessidades sociais, ou seja, reivindicações relativas aos equipamentos e serviços coletivos pelas classes subalternas; e 4) o “[...] desenvolvimento vertiginoso dos discursos sobre o urbano, da ‘tomada de consciência sobre estes problemas’ e da sua colocação em primeiro plano pelos aparelhos institucionais oficiais” (CASTELLS, 2000, p. 564).

Castells, nesse momento de sua trajetória intelectual e política, define os movimentos sociais como lutas urbanas levadas pelas classes subalternas ou classes populares; diferentes formas de pressão para o suprimento de necessidades sociais (equipamentos e serviços coletivos para a reprodução de sua força de trabalho); ou ainda, como as novas formas de conflitos sociais, aqueles que ocorrem fora

do espaço da produção, isto é, os ditos novos movimentos sociais.

Pensando o espaço urbano como o lugar da reprodução da força de trabalho, ou seja, como espaço residencial, Castells explica que os movimentos sociais urbanos resultam de contradições secundárias, distinguindo-as daquelas que opõem capital e trabalho. Segundo esse analista, contradições novas se manifestam no espaço urbano (de reprodução da força de trabalho): a aglomeração de trabalhadores na cidade, ao provocar o surgimento e o aumento das necessidades sociais (a partir de suas reivindicações), torna os equipamentos e serviços coletivos (consumo coletivo, ou seja, nas áreas de habitação, transporte, educação, saúde etc.) um elemento funcional indispensável à vida em sociedade; mas na medida em que sua produção não é suficientemente rentável como portador de lucros, o capital não se interessa em promover seu atendimento, visto ser um setor deficitário para a economia capitalista; o Estado ao não responder de forma satisfatória às reivindicações, em decorrência da disputa política no processo de elaboração e implementação de seu orçamento, torna-se o principal antagonista da relação com os movimentos sociais que lutam por meios de reprodução da sua força de trabalho; a totalidade constituída pela organização urbana abre uma contradição "[...] entre o modo individual de apropriação das condições de vida ('cada um vive a sua vida') e o modo coletivo de gestão desse processo [...]" (CASTELLS, M., 1976, p. 14), por não comportar um enfrentamento individualizado de cada elemento da problemática urbana, por exemplo, transporte coletivo, rede escolar, habitações, hospitais, etc.

Como meio de enfrentar essas contradições, um sistema de planificação urbana se instala em aparelhos do Estado, numa "[...] tentativa de gestão e previsão destes problemas através de um conjunto de medidas e de instituições práticas [...]" (idem, p. 15), pretendendo "[...] resolver os estrangulamentos, ultrapassar as contradições e acalmar os conflitos, em nome de uma racionalidade técnica através da qual poderiam ser conciliados interesses sociais divergentes" (idem). Castells lembra que a planificação urbana é tida "[...] como

instrumento privilegiado da mutação social", espaço concreto e apolítico. Mas, como em última instância o Estado capitalista expressa, através de mediações, os interesses do conjunto das classes dominantes, a planificação urbana não pode ser instrumento de mudança social, mas de dominação [...]" (CASTELLS, M., 1976, p. 16). Considera que "[...] a verdadeira origem da mudança e da inovação da cidade está nos movimentos sociais urbanos e não nas instituições" (idem, p. 17). Porém as mudanças mais substantivas, sendo de natureza estrutural, somente acontecem na arena política das lutas sociais, e através de uma "[...] articulação entre os movimentos sociais ligados à produção, os movimentos sociais urbanos e os movimentos sociais políticos no decorrer de um processo" (idem). Por isso, cabe aos movimentos sociais urbanos, ponto fundamental na dinâmica de transformação, suscitar esta "[...] ligação progressiva entre lutas urbanas e lutas políticas" (idem, p. 123-124). E esses encadeamentos derivam-se não exclusivamente do contexto objetivo sobre o qual a luta urbana se desenrola; "Eles são também função do próprio processo da luta urbana, dos agentes que nela intervêm, das formas que toma o seu conflito, e das características próprias a estes agentes" (idem, p. 124).

Na pesquisa dos movimentos sociais urbanos, Castells I indica alguns elementos essenciais que julga importantes para serem focalizados: primeiramente, o contexto da luta que expressa a contradição social, pondo em relevo interesses opostos dos antagonistas envolvidos no processo de reprodução da força de trabalho; em segundo lugar, a especificidade do processo, a partir do conteúdo dos agentes sociais localizados nos dois polos da contradição: de um lado, encontra-se a população atingida, ou seja, a base social do movimento urbano, que é representada por um grupo de pessoas mobilizadas, indicando a força social do movimento; do outro lado, estão os adversários, que defendem interesses opostos aos do movimento social (ou seja, a luta urbana não é examinada em sua totalidade, nem do ponto de vista da própria contradição interna às forças envolvidas, como em sua processualidade, dicotomizando em dois polos: o polo

das forças do bem, representado pelos movimentos sociais, e o polo das forças do mal, representado pelas instituições do Estado, o que gerou no "paradigma urbano", elaborado no Brasil, uma discussão sobre a necessidade de preservação do caráter autônomo dos movimentos sociais); em terceiro lugar, configuram-se "[...] a orientação político-ideológica e o tipo de organização que a mobilização utiliza" (CASTELLS, M., 1976, p. 46), um componente determinante do movimento social; em quarto lugar, Castells destaca a importância do "[...] próprio tipo de ação levada a cabo e as formas de luta [...]" (idem); e, por último, o efeito urbano provocado pela luta, que altera as condições da vida cotidiana, como também o efeito político, demonstrado na alteração da correlação de forças políticas.

Na qualidade de um estruturalista, Castells adota uma perspectiva formal, conforme expressa no seu "Posfácio" de 1975:

Desse nosso ponto de vista, nosso trabalho foi influenciado por uma determinada interpretação de Althusser (mais do que pelos próprios trabalhos de Althusser), objetivando construir um conjunto teórico codificado e formalizado antes de ir em direção à pesquisa concreta [...] (CASTELLS, 2000, p. 549).

Vê-se, portanto, nesse primeiro momento de sua trajetória intelectual, a incorporação de uma orientação do chamado marxismo-estruturalista. De fato, ele chega a fazer uma "profissão de fé", bem ao estilo dogmático, próprio daquela conjuntura:

O princípio metodológico segundo o qual só a matriz estrutural (com predomínio) de uma sociedade torna-a inteligível, e que só a análise do processo político permite compreender uma situação concreta e sua transformação, ultrapassa o par ideológico estrutura/acometimento e se encaminha para um estudo científico, seguindo aos clássicos do materialismo histórico, de Lenine a Mao, passando por Gramsci (idem, 350).

A consequência política dessa perspectiva de análise é a de limitar a concepção de movimentos sociais urbanos ao espaço residencial;

o antagonismo entre capital e trabalho não é enfatizado, focalizando o Estado como adversário principal dos movimentos sociais. Ora, essa limitação não é gratuita, ao contrário, deixa intacta a contradição principal, ao não trabalhar a teoria da mais-valia. O socialismo proposto fica restrito a pequenas reformas, ligadas à esfera da defesa dos direitos sociais, deixando de lado a luta na esfera da produção, reduzindo a luta urbana à esfera dos "meios de consumo coletivos", ou seja, aos equipamentos e serviços públicos.

MOVIMENTOS SOCIAIS ENQUANTO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES, COM BASE NA TEORIA DO VALOR TRABALHO DE MARX

Em *La Pensée Marxista et la Ville*, de autoria de Lefebvre³⁵, veem-se de modo claro elementos da teoria do valor trabalho embasando a análise da cidade, que por consequência explica também os movimentos sociais urbanos, em especial quando esse autor transcreve no capítulo V um trecho de Marx, extraído de seu Prefácio, 1ª edição do Livro I, d'O *Capital*:

Em todas as ciências o começo é árduo. Difícil em qualquer ciência. O Capítulo I, principalmente a parte que contém a análise da mercadoria, será portanto, de uma inteligibilidade um pouco difícil. A forma valor, realizado na forma moeda, é uma coisa muito simples. Entretanto, o espírito humano tem procurado em vão, há mais de dois mil anos, penetrar no seu segredo... Colocando de lado o que se refere à forma valor, a leitura desse livro não apresentará dificuldades. Eu suponho naturalmente leitores que querem aprender alguma coisa nova e, conseqüentemente, também pensar por eles mesmos... Eu estudo nesta obra o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que lhe correspondem.... (LEFEBVRE, 2001, p. 132)³⁶.

35 Publicado na França em 1976, e aqui no Brasil, a primeira edição em 1997, sob o título: *A cidade do Capital*, tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur.

36 Ver em "Prefácio da 1ª edição", in: *O Capital*, Livro I, volume 1, p. 21.

Nesse capítulo, intitulado "O capital e a propriedade da terra", Lefebvre recorre aos *Grundrisse* e ao *Capital*, para explicar a cidade, afirmando que a relação cidade-campo é gerada e situada "[...] como relação social, no modo de produção, ele mesmo considerado como um todo, coesão em rompimento, entretanto, por forças de rupturas, de antecoesão, de superação" (idem). Segundo Lefebvre, a cidade faz parte das

[...] condições históricas implicadas no capitalismo. Ela resulta da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela). Ela é coisa social, na qual são evidentes (tornam-se sensíveis) relações sociais que, tomadas em si, não são evidentes [...] de sorte que é necessário concebê-las pelo pensamento, a partir de sua realização concreta (prática). Nesse quadro, o das relações sociais objetivadas, efetua-se a circulação das mercadorias, a criação do comércio e do mercado, ponto de partida do capital no século XVI [...]. Aí se exerce a "magia do dinheiro", a força, ao mesmo tempo maravilhosa e estupidamente brutal dessas coisas - o ouro e o dinheiro - saídas das entranhas da terra e se impondo logo como encarnação do trabalho humano (idem, p. 140-141).

Partindo da teoria do valor trabalho de Marx, eixo que articula os três volumes d'*O Capital*, compreendida na sua totalidade³⁷, como

37 Os movimentos sociais concebidos como expressão da luta de classes têm como referência a teoria do valor trabalho de Marx/ para apreendê-la é necessário recuperar, inicialmente, os elementos da sua teoria sobre o dinheiro, partindo das noções de valor de uso e valor de troca da mercadoria (capítulo primeiro do Livro I, vol. 1), onde se encontra o mistério camuflador das relações de exploração capitalistas; em seguida tratar da diferenciação entre mais-valia e lucro, e sua transformação em preço de produção a partir do preço de custo, constituído com base na taxa geral de lucro, que se distingue da taxa de mais-valia. Para tanto, é preciso compreender a tendência ao nivelamento da taxa de lucro, resultante da taxa média de lucro, responsável pela distribuição da massa de mais-valia ou da massa de lucro, para se adentrar na Lei tendencial da queda da taxa de lucro que conduz a crises e concorre para a queda final do modo de produção capitalista.

formação da mais-valia, no processo imediato de produção, a realização e a distribuição da mais-valia no processo de circulação; esse pensador marxista examina "[...] as funções e estruturas da forma urbana", enquanto um legado da história à sociedade burguesa. Pensando a partir da formação da mais-valia, Lefebvre considera que a cidade é *uma força produtiva*, além de ser o pano de fundo da sociedade burguesa:

Ela contém uma parte importante do trabalho passado e cristalizado, literalmente morto, do qual dispõe o capitalista para se assenhorar do trabalho vivo; o que ela contém, assim, sobrevive ao desgaste cotidiano dos instrumentos de trabalho [...]; mantém, à maneira de uma instituição, a divisão do trabalho indispensável ao funcionamento do capitalismo; portanto, e melhora no seu interior a divisão social do trabalho, aproxima elementos do processo de produção (LEFEBVRE, 2001, p. 142).

Sob essa mesma ótica, ele se refere à urbanização como um processo revolucionário, mas que contém elementos de destruição e de superação, como uma antecipação da ultrapassagem do modo de produção capitalista:

A urbanização completa da sociedade, anunciada e mesmo começada antes do capitalismo (a inversão da situação anterior, figurando nas

Desse modo, através dessa trajetória lógica e passos conceituais, encontramos, vemos nos tomos 4 e 5, do Livro III, "[...] como o lucro mesmo se divide em lucro empresarial (seja na indústria, nos transportes, ou no comércio) e juros, isto é, a parte da mais-valia destinada aos capitalistas proprietários de capital dinheiro e que se limitam a emprestá-lo a empresários" (MANDEL, 1987, p. 166), através de um processo de distribuição que se realiza nos espaços urbanos. No tomo 6, Marx trata do "[...] problema mais geral do monopólio que dá origem ao superlucro" (idem), com base na análise da renda fundiária. Esse percurso, se seguido, nos leva a apropriação da teoria do valor trabalho de Marx, cuja exposição, como se vê acima, tem início com a extração da mais-valia, no processo imediato de produção, abordado no Livro I d'*O Capital*. Todos esses processos: de formação, realização e distribuição da mais-valia, apresentam como pano de fundo a cidade capitalista.

condições da nova sociedade, a sociedade burguesa), prossegue portanto e até se acelera sob o domínio da grande indústria, da burguesia e do capital. É um processo revolucionário, uma vez que ele transforma a superfície do globo e da sociedade. No entanto, este processo não se realiza de uma maneira coerente nos quadros do modo de produção capitalista; ele tem um lado negativo, que o impulsiona para a frente, mas tende à destruição e à autodestruição. O capitalismo destrói a natureza e arruina suas próprias condições, preparando e anunciando seu desaparecimento revolucionário. Somente depois dele, as trocas (no sentido amplo: tanto trocas orgânicas, quanto econômicas) entre o social e o natural, o adquirido e o espontâneo, poderão se restabelecer "sob forma apropriada ao desenvolvimento humano integral e como lei reguladora da produção social" (idem, p. 146).

Quanto ao ponto de vista da realização da mais-valia, a cidade oferece as condições fundamentais para esse processo, o qual "[...] exige primeiro um mercado, um sistema de crédito, de desconto, de transferências de fundos, que permitam ao dinheiro (moeda) completar plenamente sua função: parâmetro dos valores de troca, circulação das mercadorias, meio de pagamento" (idem, p. 147). Mesmo que no espaço rural haja pequenos comércios locais, a cidade concentra as trocas. "Por outro lado, ela abriga o sistema bancário, artifício destinado a encadear os pagamentos e a compensá-los reciprocamente, o sistema monetário se desenvolveu em sistema de crédito" (LEFEBVRE, 2001, p. 147). Cenário dos dramas sociais, a cidade concentra a pobreza, a violência institucionalizada e não institucionalizada. A cidade constitui a unidade de contrários, dadas as profundas desigualdades, apresentando ao mesmo tempo, a "dinâmica da ordem e da explosão" (IASI, M. L., 2013, p.42).

Sobre a relação cidade e campo, e a concentração urbana, encontramos:

Em torno da grande empresa industrial, dependente dela, uma multidão de pequenas empresas se aglomera; umas são de tipo artesanal, outras de tipo manufatureiro, outras enfim pertencem à pequena e média

indústria. De que elas se ocupam? Das reparações, da manutenção, das peças de substituição, dos acabamentos etc. Uma poeira, um círculo de empresas subordinadas geralmente cercam uma grande unidade, que arrasta atrás dela todos os períodos da atividade produtiva. Do mesmo modo, no campo, um grande domínio, senhorial ou capitalista traz sua coroa de pequenos camponeses, de operários agrícolas, cultivando por sua própria conta um pequeno pedaço de terra, de camponeses médios arraigados, frequentemente, em terras medíocres etc., o agrupamento dessas empresas dependentes tem vantagens; além disso, se essas empresas se instalam longe da aglomeração urbana, elas contribuem dessa forma para a absorção do campo pela cidade. Transformando-se em satélites pela grande indústria, elas não ficam, apesar disso, fora da divisão do trabalho e do próprio capitalismo.

Enfim, e sobretudo, a cidade e a concentração urbana concentram serviços (LEFEBVRE, 2001, p. 148).

Nesse trecho, Lefebvre se refere tanto ao trabalhador produtivo como ao trabalhador improdutivo de mais-valia (horas de trabalho não pago incorporadas aos produtos materiais do trabalho), que convivem na cidade, afirmando que

O importante é que Marx distingue o trabalho produtivo (de coisas, de mercadorias) e o trabalho improdutivo, mas socialmente necessário (por exemplo, o do sábio, ou do educador, ou do professor em geral, ou dos médicos etc.). Além do mais, para ele, se todos os trabalhadores produtivos são assalariados, nem todos os assalariados são imediatamente e diretamente produtivos (de coisas, de bens trocáveis). Quanto ao termo "serviço", é somente uma expressão para designar um valor de uso, fornecido em troca de uma soma de dinheiro por um "ativo" que pode dispor de seus meios de produção; ele fornece um "serviço" enquanto atividade, serviço esse comprado e vendido como uma coisa, ainda que não seja forçosamente uma coisa. Um trabalho material pode ser comprado a título de "serviço", por exemplo, o do artesão que conserta um cano de água ou de gás. A mesma espécie de atividade pode ser considerada como trabalho produtivo

ou improdutivo; o poeta cria poesia, diz Marx, como o bicho da seda cria a seda, por natureza; mas uma vez editada, ele produz mais-valia pelo e para o editor, o livreiro, ele fornece trabalho produtivo ao impressor etc. (idem, p. 149-150).

Em relação à distribuição da mais-valia, processo que "[...] passa pelo nível mais elevado da sociedade capitalista: global, isto é, nacional e mesmo mundial" (LEFEBVRE, 2001, p. 155), visto que há concorrência entre os capitais no mercado mundial, Lefebvre lembra que

Economicamente, cada capitalista recebe sua parte de mais-valia, proporção (aproximativa) do capital colocado em atividade por ele. Uma média se forma em escala global, a taxa média de lucro, que depende de diversas variáveis e, principalmente, da composição orgânica média dos capitais (idem).

Marx pensa esse processo de distribuição através de categorias, como capital constante (meios de produção ou trabalho morto), capital variável (salários pagos à força de trabalho ou ao trabalho vivo), composição orgânica do capital, mais-valia, taxa média de lucro e superlucros, que servem para explicar a lógica empirista e pragmática dos capitalistas. Desse modo, Marx explica os fenômenos, considerados econômicos, objeto de cálculos e balancetes do empresariado, "dissipando as ilusões do capitalismo e as aparências da sociedade burguesa" (idem).

Na distribuição da mais-valia, instituições do Estado capitalista, sediadas na cidade, exercem uma função importante, além de reter parte daquela sob a forma de impostos e cobrança de taxas. Para tanto, o Estado mantém uma burocracia "[...] que se reproduz, ela própria assegurando a reprodução de suas próprias condições, o que tende a assegurar a reprodução das relações de produção na sociedade inteira, no modo de produção" (idem, p. 156). Entre esses aparelhamentos da burocracia, estão os órgãos de repressão (como o exército, a polícia e o aparelho judiciário) utilizados especialmente para a submissão dos trabalhadores ao domínio do grande capital, o que leva a confundir o reino da razão do Estado com a razão em geral.

Essa perspectiva teórica, que explica a cidade apoiada na teoria do valor trabalho de Marx, concebe os movimentos sociais como expressão da luta de classes; e essa visão está contida na obra de Jean Lojkine (1981), *O Estado Capitalista e a questão urbana*, a qual se afasta totalmente das vertentes anteriores, na medida em que a concepção da luta de classes é derivada da relação antagônica entre capital e trabalho, que sofre a ação repressiva do Estado.

Quanto à discussão de classes sociais, esse sociólogo nelas reflete não apenas através da relação direta entre capitalista e proletariado, mas também através de uma análise em níveis complementares: o primeiro nível diz respeito à determinação do vínculo no processo imediato de produção, ou seja, a relação capital x trabalho, burguesia x operariado, quando no espaço fabril a mais-valia é expropriada do trabalhador através de horas de trabalho não cobertas pelo salário. O segundo se refere ao vínculo no processo de circulação, que juntamente com a produção imediata compõe o processo ampliado de produção, ou seja, examina, para além do processo imediato de produção, os vínculos de trabalhadores no processo de circulação, troca e distribuição, com um destaque para as camadas médias e para a pequena burguesia, bem como os trabalhadores chamados “improdutivos” de mais-valia. Mas Lojkine inclui um terceiro nível de análise, onde são focalizadas as metamorfoses que ocorrem no desenvolvimento histórico do capitalismo, provocando modificações importantes nas classes sociais (LOJKINE, 1990), ou seja, levando em consideração as novas determinações materiais das forças produtivas, hoje mundializadas, sob a lógica de uma financeirização exacerbada.

Em todos esses níveis, o conceito de lutas de classes é central na análise até para explicar as diferentes dimensões dessa mesma luta, que se reproduz enquanto conflitos secundários no interior da sociedade capitalista, atingindo tanto a classe capitalista (neste caso, competições internas entre as diferentes frações do capital – financeiro, industrial, comercial, agrário e fundiário – personalizadas por seus representantes, integrantes de cada ramo produtivo, como a classe trabalhadora, distribuída em diferentes escalões, desde o

quadro de executivos ao de operações, e em hierarquias funcionais que fragmentam os trabalhadores no interior da produção imediata e dos meios de circulação). As segmentações nas camadas médias também são explicadas a partir da reprodução das contradições fundamentais entre capital x trabalho. Por outro lado, além das determinações de natureza material, é preciso levar em conta aquelas de ordem política e ideológica, incluindo aí a dimensão cultural, onde se expressam lutas sociais importantes.

Encontramos em Lojkin (1995) um importante aporte para detectar as metamorfoses na classe trabalhadora, quando examina num quadro comparativo a revolução industrial e a revolução informacional, indicando elementos para a análise das mutações atuais no processo de trabalho: interpenetração de trabalhadores produtivos/improdutivos, mesclagem e gradação de funções produtivas e improdutivas; inter-relação ciência e produção; cooperações entre serviços e indústrias; papel dinâmico da metatrônica; cooperação entre professores, pesquisadores, assalariados da indústria; integração urbana de funções em rede (LOJKINE, 1995. p. 79). Essas novas determinações materiais, produzidas especialmente pela Revolução Informacional, exercem um poder muito grande sobre a consciência coletiva dos trabalhadores e, conseqüentemente, nas formas de sua representação e organização política. Dentro desse contexto de novas determinações é que precisam ser buscadas as explicações sobre os “novos movimentos sociais”, ou seja, aqueles movimentos que se manifestam no âmbito da cultura e do “consumo de massa” (movimento negro, feminista, gay, lutas urbanas etc.), mas que em última instância têm a determinação social de classe, determinação esta que precisa ser trabalhada na pesquisa social.

Desse modo, o urbano é concebido como espaço de formação, realização e distribuição da mais-valia, sendo os movimentos sociais analisados em função da luta de classes, movida principalmente pela disputa na apropriação e uso de bens e serviços aí produzidos, e das condições existentes nessa força produtiva social. Observa-se que a luta social é ferrenha, na medida em que os capitalistas utilizam

as cidades, seus recursos naturais, materiais e sociais, para levar a efeito o processo de produção e reprodução ampliada do capital, que ocorre nesse espaço, ou seja, para fazer acumular seu capital. Nessa perspectiva teórica, a cidade se constitui um produto da relação social antagônica entre capital e trabalho. Por isso, esta concepção possui uma referência fundante: a obra de Marx, especialmente *O Capital* (livros I, II e III).

Para pensar o que se passa no processo ampliado de produção, Lojkin utiliza a categoria teórica “condições gerais da produção capitalista” (1981 e 1997), encontrada especialmente no livro I, de *O Capital*. Essa categoria se torna operativa para a explicação dos meios de reprodução social, denominados à época de “meios de consumo coletivo”, principal reivindicação dos movimentos sociais urbanos, servindo também para analisar o processo de segregação socioespacial. Ao conceber a cidade capitalista, resultante da aglomeração dos meios de produção e de circulação material (meios de comunicação e transporte), agrega, na categoria “condições gerais da produção capitalista”, os meios de reprodução da força de trabalho, partindo de seu sentido restrito - os meios de comunicação e circulação. A aglomeração dos meios de produção e troca já era observada nos burgos medievais, visto possuírem mesmo em pequena escala agências de banco e comércio, aglomerando artesãos e suas atividades produtivas, portando as cidades independentes um pequeno mercado para o intercâmbio de seus produtos. Com a consolidação do capitalismo, ao se tornar o modo de produção dominante, surgem em larga escala os meios de reprodução da força de trabalho (rede escolar, hospitalar, meios de transporte coletivo, rede de restaurantes e similares, conjuntos e condomínios habitacionais, teatros, clubes e outros meios de lazer).

Com o uso dessa categoria, visualiza-se a cooperação ampliada, através de mediações que unem o espaço fabril (esfera da produção material) aos demais espaços da sociedade capitalista. Nesse sentido, na explicação do espaço urbano reconhece-se a importância fundante do espaço da produção (processo imediato da produção,

realizado na fábrica), sem desprezar as esferas de circulação, troca, distribuição e consumo (ciclos da metamorfose do capital que ocorrem no conjunto da sociedade). Desse modo, a particularidade da cidade capitalista é explicada mediante o estudo de um duplo processo: de um lado, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de produção e reprodução do capital, fazendo do território citadino uma “[...] condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico” (LOJKINE, 1997, p. 146), em que a cidade constitui-se em parte integrante do complexo das forças produtivas, uma força produtiva social (LOJKINE, 1995); e de outro lado, a crescente concentração dos equipamentos e serviços coletivos (meios de reprodução da força de trabalho), os quais criaram, progressivamente, um novo modo de vida, novas necessidades sociais, uma “civilização urbana”.

Esta análise sobre o urbano passa necessariamente pela discussão da relação antagônica entre capital x trabalho, que dá origem a um processo de luta de classes, onde o Estado desempenha funções políticas, além de funções econômicas; e por isso, esse sociólogo francês pensa o Estado capitalista por dentro da relação social de extração da mais-valia. Seu fio condutor tem como eixo a concepção marxiana relativa aos processos de cooperação e socialização, operados na fábrica, que se observam também no conjunto da sociedade, cabendo ao Estado a instalação dos meios que viabilizam tais processos, para garantir a reprodução ampliada do capital. Isto é, sua concepção de políticas públicas não se limita à reprodução da força de trabalho, mas é estendida às formas de produção e reprodução do capital, passando tanto pelo fomento ao processo imediato da produção, como às processualidades extensivas ao conjunto da sociedade (LOJKINE, 1997, p. 145).

Resumindo: a cidade capitalista é pensada como produto da relação capital x trabalho, levando em consideração o processo de formação, realização e distribuição da mais-valia, precedido e acompanhado da apropriação e uso dos recursos naturais, materiais e sociais existentes, para instalação e funcionamento dos meios de

produção (forças produtivas materiais) e das condições gerais da produção capitalista, entre as quais os meios de reprodução da classe trabalhadora. Estes últimos vêm crescendo em importância na elevação da expectativa da vida humana, determinando a qualidade das condições de uma vida culturalmente elevada e saudável, muito embora ainda não extensiva a todos os segmentos sociais.

Vimos que Lojkin amplia a concepção de “condições gerais da produção capitalista” (que no sentido restrito refere-se aos meios de comunicação e transporte), para incorporar os meios de reprodução da força de trabalho; o que lhe permite apreender o papel fundamental dos equipamentos e serviços urbanos no crescimento da produtividade global. Esta perspectiva analítica leva em consideração as contradições do processo de socialização urbana, entre seu valor de uso coletivo (como por exemplo, os efeitos úteis da aglomeração capitalista) e sua apropriação privada.

Como dissemos acima, esta concepção tem suas referências extraídas diretamente na obra de Marx (*O Capital*), e em autores contemporâneos como Boccara (economista do Partido Comunista Francês) e Lojkin, que compartilham a formulação da teoria da Revolução Informacional. Para conceber a manifestação de movimentos sociais, como expressão da luta de classes, Lojkin articula dois processos. Em primeiro lugar, processo das classes, frações de classe e/ou camadas sociais, de “por-se em movimento”, caracterizando sua intensidade e extensão, a depender da combinação que unifica base social e organização do movimento social. Desse modo, a natureza dos movimentos sociais se conhece a partir do tipo de relação que a organização mantém com a sua base social, podendo variar da subordinação da base ao partido à subordinação do partido à base social. Assim, a força social do movimento social resulta da ação da organização sobre uma determinada base social. O segundo processo, que contribui para definir os movimentos sociais, relaciona-se ao primeiro, significando o “por-se em movimento” das classes, frações de classe e/ou camadas sociais, diante de um obstáculo a transpor na conquista de uma sociedade igualitária, ultrapassando a sociedade

capitalista (no caso dos movimentos sociais movidos pela classe trabalhadora, ou uma ou mais de suas frações); desafio político que pode ser conhecido mediante a análise do conteúdo político e ideológico das reivindicações e das ações propostas e realizadas pelo movimento social, em relação às frações de classe que o compõem. Isto significa que não são apenas as frações da classe trabalhadora que fazem movimentos sociais. Ou seja, a burguesia industrial, financeira ou mesmo agrária faz seus movimentos, portando uma orientação conservadora e/ou reacionária, subordinada aos interesses do grande capital mundializado. A pequena burguesia, a depender da conjuntura, se move em apoio a uma das classes fundamentais.

A partir da Revolução informacional (LOJKINE, 1995), observa-se no espaço urbano uma tendência de integração de funções produtivas, de circulação e de serviços (LOJKINE, 1995), com o aumento das redes de cooperação produtiva e redes de cooperação política (RAUTA RAMOS, 2003). De um processo produtivo circunscrito às fábricas, momentos do processo de produção da riqueza social são estendidos para o conjunto do território, aglutinando e, ao mesmo tempo, hierarquizando diferentes áreas, regiões e países; o que talvez possa permitir a entrada de trabalho produtivo (de mais-valia) nas esferas de circulação, de serviços e mesmo de consumo final, tornando-as imediatamente produtivas.

O processo produtivo adentra em diversos espaços da cidade, alocando-se inclusive em espaços residenciais (teletrabalho). A cidade, portanto, se diversifica, enquanto espaço do processo imediato da produção e do processo de reprodução ampliada do capital, para atender as exigências impostas pela busca de sua maior rentabilidade (atualmente marcadas principalmente pelo desenvolvimento do trabalho imaterial, difundido pelas redes telemáticas). As redes sociais e/ou redes de cooperação política se expandem, tendo como suporte as tecnologias de informação e comunicação (TIC).

De uma organização da classe trabalhadora, circunscrita à ambiência fabril (através da ação dos sindicatos) e ao espaço dos partidos políticos (instituições do Estado burguês), potencializa-se a

participação política da classe trabalhadora em seus diversos segmentos com novas formas de representação, dado o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), com a formação de redes de cooperação política mediante a utilização das redes sociais informacionais. A ação dos movimentos sociais que se manifestam em espaços da cidade (ruas e praças), articulados e mobilizados por redes sociais, vem demonstrar que há algo novo no padrão sócio-histórico definido pelo desenvolvimento inédito das forças produtivas, que contraria não somente as relações de produção, mas também a capacidade de ação política de seus agentes (neste caso particular, as forças vinculadas ao trabalho). Segundo Lojkine, isso pode ser assim interpretado:

[...] o anúncio e a potencialidade de uma nova civilização, pós-mercantil, emergente da ultrapassagem de uma divisão entre os que produzem e os que dirigem a sociedade [...]. A divisão social entre os que têm o monopólio do pensamento e aqueles que são excluídos deste exercício está agora posta em questão – ou mais exatamente, seu questionamento torna-se hoje um problema social real na escala de toda a humanidade (LOJKINE, 1995, p. 11-12).

As inovações na esfera da ação política foram antecipadas por aquelas na esfera da produção material. O impacto da revolução informacional revoluciona toda a dinâmica do processo de produção e reprodução social, e com isso propicia uma nova configuração à aglomeração urbana, diferente daquela derivada da lógica industrial: “[...] as arquiteturas logísticas do espaço das operações são em grande parte modeladas por redes e serviços informacionais, os quais acompanham os fluxos físicos” (VELTZ, 1997, p. 218). A difusão e o aperfeiçoamento das TICs provocam a redução dos gastos no seu acesso, pela produção em massa de computadores, aumento dos serviços e extensão das redes telefônicas, redes de cabo e satélites, atingindo quase todos os rincões - especialmente através da telefonia móvel - na base de um barateamento dos produtos, com a queda das despesas para a transmissão de dados. Microempreendedores e

trabalhadores por conta própria se apropriaram desses recursos como forças produtivas a seu favor, num movimento de autonomização, mesmo que de forma contraditória e ainda bastante subordinada ao grande capital, reduzindo o seu domínio absoluto na produção social.

Agentes de uma mídia alternativa colocam-se à disposição de movimentos sociais urbanos, como se pode observar em cidades brasileiras, tanto nas jornadas de junho de 2013, quanto na mobilização popular contra o afastamento da Presidente Dilma, para sua organização em redes sociais, convocação *on line*, e produção de site com as informações pertinentes, incidindo sua ação sobre a articulação e a mobilização de movimentos sociais, além de questionarem a mídia tradicional, obrigando esta a refazer imediatamente as informações dúbias ou mesmo falsas distribuídas pelo jornalismo. Assim, as cidades se tornam, então, não apenas o centro nevrálgico das conexões produtivas³⁸, mas também das conexões políticas, favoráveis à organização e mobilização dos movimentos sociais. Desse modo, o espaço citadino se coloca como propício para uma ação política que resulta no desenvolvimento de uma agenda política de reversão do quadro de pobreza, na denúncia da ilegitimidade da sociedade do capital, na medida em que se transforma numa arena política, espaço de manifestação de lutas que se espriam como se fossem um fogo recorrente em florestas secas.

REFERÊNCIAS

BOCCARA, Paul. "Sur la révolution industrielle du XVIIIe. Siècle et ses prolongements jusqu'a l'automation". In: *La Pensée*, nº 115, junho de 1964, p. 36-64).

_____. "Quelques indications sur la revolution informationnele". In: *La Pensée*. Paris: Editions Sociales, no 241, setembro de 1984.

38 Especialmente nos ramos dos serviços e do comércio, há aplicações bastante tangíveis no uso da rede para transacionar produtos materiais e produtos digitalizáveis.

- CASTELLS, Manuel. *Lutas urbanas e poder político*. Porto: Gráfica Firmeza, 1976.
- _____. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- _____. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2012.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. *La tradition sociologique de Chicago 1892-1961*. Paris, Seuil, 2001.
- COHN, Gabriel. "Alguns problemas conceituais e de tradução em Economia e Sociedade", in: WEBER, Marx. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 2000, V. I. p. XIII-XV.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- GRAFMEYER e JOSEPH. "Présentation. La ville-laboratoire et milieu urbain". In.: GRAFMEYER e JOSEPH (org.). *L'École de Chicago*. Paris: Albier, 1990]
- HEGEL, G. W. F. *A ciência da lógica* (Volume I de Enciclopédia das Ciências Filosóficas). São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- IASI, M. L. "A rebelião, a cidade e a consciência", in: VAINER, C. et al. *Cidades rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 41-46.
- LEFEBVRE, A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2ª edição.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981 e 1997 (1ª e 2ª).
- _____. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: 1990.
- _____. *Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MANDEL, Ernest. *Traité d'économie marxiste*. Vol. 1. Paris, Juliard, 1962^a.
- _____. *Traité d'économie marxiste*. Vol. 2. Paris, Juliard, 1962^b.

- _____. "O Capital". Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx. México: Siglo veintiuno editores, 1985 e 1998 (1ª e 2ª edições).
- MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MARX, K. "Introdução [à Crítica da Economia Política]". In: _____. *Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 3-21 (Os Pensadores).
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003ª (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital*. Livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003^b (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de circulação do capital*. Livro II, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da economia política. O processo global de produção capitalista*. Livro III, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da economia política. O processo global de produção capitalista*. Livro III, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008ª (tradução de Reginaldo Sant'Anna).
- _____. *O Capital. Crítica da economia política. O processo global de produção capitalista*. Livro III, vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008^b (tradução de Reginaldo Sant'Anna).]
- PARK, Robert Ezra. "La ville. propositions de recherche sur le comportement humain en milieu urbain». In. GRAFMAYER e JOSEPH (org.). *L'École de*
- POULANTZAS, N. *L'Etat, le pouvoir et le socialisme*. Paris, PUF, 1978.
- RAUTA RAMOS, M. H. "Para a crítica dos Paradigmas dos Movimentos sociais urbanos". In: *Serviço Social e Sociedade*, v. 1, nº 43, p. 71-92, 1994.

- . *Teoria e política: Condições sócio-políticas do debate urbano na França*. São Paulo: PUC/SP, 1994, tese de doutorado.
- (org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- RUBIN, I. I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Livraria e Editora Polis Ltda., 1987.
- TOPALOV, Christian. *Le Profit, La Rent et La Ville: Eléments de théorie*. Paris: Economica, 1984.
- TOURAINÉ, Alain. *Critique de la modernité*. Paris: Fayard, 1992.
- VELTZ, Pierre. *Mondialisation, villes et territoires*. Paris: PUF, 1997.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. UnB, 1999, vol . 2.
- . *Economia e sociedade*. Vol. 1, Brasília: Ed. UnB, 2000.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Rosana Morgado

Sheila Backx

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra
Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes
Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio
Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo
Montaño Barreto, Cecília Paiva Neto
Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF),
Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco
José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela
Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves
Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi
Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica
Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José
Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento
Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile
Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de

Medeiros (CPDA/UFRRJ), Lígia Silva Leite
(UERJ), Lília Guimarães Pougy, Listz Vieira
(PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti,
Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ),
Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/
UFRJ), Maria das Dores Campos Machado,
Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfírio
(NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro,
Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed
ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro
Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira
dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da
Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes
Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias,
Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio
Cunca Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ),
Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR),
Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo
Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana
Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian
Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de
Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/
FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF),
Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica
Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)